

# Relatório de Reunião

---

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Prestação de contas do Governo ano 2023 – 1º Ciclo

— 29/6/2023 — 9 horas



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
DE MINAS GERAIS

# Relatório de Reunião

---

*Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, entre 1º de janeiro e 31 de maio de 2023, no âmbito do primeiro ciclo do Assembleia Fiscaliza – Prestação de contas do Governo de 2023*

Reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Comissões convidadas:

- Comissão de Agropecuária e Agroindústria
- Comissão de Minas e Energia
- Comissão Extraordinária de Proteção aos Animais

Presidente da reunião: deputado Tito Torres

Data: 29/6/2023

Horário: 9 horas

Local: Auditório José Alencar

Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho

Belo Horizonte/MG

CEP: 30190-921

Foto capa: Willian Dias ([Acervo ALMG](#))

## I – Apresentação

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tendo como convidadas as Comissões de Agropecuária e Agroindústria, de Minas e Energia e Extraordinária de Proteção aos Animais, recebeu, em 29/6/2023, Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que prestou informações sobre a gestão de suas respectivas áreas de competência relativamente ao período de 1º de janeiro e 31 de maio de 2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

**Acesse o vídeo da íntegra da reunião:** [clique aqui](#) para assistir a reunião. Ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: [almg.gov.br/fiscaliza](http://almg.gov.br/fiscaliza).

## II – Presenças

**Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:** deputado Tito Torres, presidente; deputada Ione Pinheiro, vice-presidente; deputado Noraldino Júnior; deputado Gustavo Santana; e deputada Bella Gonçalves.

**Comissão de Agropecuária e Agroindústria:** deputado Raul Belém, presidente.

**Comissão de Minas e Energia:** deputado Gil Pereira, presidente; deputado Ricardo Campos; e deputado Bosco.

**Comissão de Extraordinária de Proteção aos Animais:** deputado Noraldino Junior

**Poder Executivo:** Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Leonardo Rodrigues, secretário adjunto da pasta; Rodrigo Franco, subsecretário de Gestão Ambiental e Saneamento; Vitor Salum, subsecretário de Regularização Ambiental; Gustavo Endrigo, superintendente de Fiscalização; Marcelo da Fonseca, diretor do Instituto Mineiro de Gestão das Águas; Renato Brandão, presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente; Letícia Campos, chefe de gabinete da secretária; e Andrea Hespanha, assessora de Comunicação da pasta.

**Demais presenças:** deputado Antonio Carlos Arantes; deputado João Magalhães; deputada Lohanna, deputado Zé Laviola; deputado Duarte Bechir; deputada Beatriz Cerqueira; deputada Leninha; e deputada Andréia de Jesus.

## III – Temas discutidos

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza, os principais temas discutidos durante a reunião foram os seguintes:

## **1) Saneamento básico**

Desde 2019, a Semad assumiu a competência legal da política pública de saneamento básico e, segundo a secretária, vem empreendendo esforços para aumentar o atendimento da população com a correta destinação dos resíduos sólidos urbanos. Não obstante, os lixões ainda representam um grande desafio, uma vez que em 273 municípios do Estado a disposição de resíduos ainda é feita nesses locais. Nesse contexto, ela informou que a pasta vem prestando apoio técnico aos consórcios e aos municípios para a erradicação dos lixões. Como exemplo, citou a recente implantação do Aterro Sanitário Regional de Itaobim, que garantiu o encerramento de 30 lixões na região do Vale do Jequitinhonha.

Questionada sobre a recente vedação a que municípios realizem o licenciamento ambiental de aterros sanitários implantados por consórcios intermunicipais, esclareceu que tais consórcios estão sendo alertados sobre a nova regra. Detalhou que, para as licenças já concedidas, foi dado prazo para que os municípios informem essa situação à secretaria, enquanto os processos de licenciamento em curso serão assumidos pelo órgão estadual.

Além disso, de acordo com a secretária, a Semad tem apoiado a cadeia de gestão dos resíduos sólidos urbanos – RSU –, fortalecendo a coleta seletiva. Lembrou que em 2021 foram lançados editais para equipar os municípios com prensas e outros equipamentos que permitiram implementar esse tipo de coleta.

Com relação ao Bolsa Reciclagem, esclareceu que todos os passivos foram pagos e que o repasse do benefício está em dia. Observou que em abril de 2023 foram repassados R\$1.338.210,00 a 76 associações e cooperativas, beneficiando 1.454 catadores de material reciclável. Lembrou que o maior investimento anual no programa desde sua criação, em 2012, foi feito em 2022, quando foram destinados R\$5.152.384,64 aos catadores mineiros.

A secretária apresentou, ainda, o Programa Piloto Minas Recicla Energia, que promove a obtenção de energia para a produção de cimento por meio das sobras da triagem da coleta seletiva. O programa foi executado pelo Estado, em parceria com as prefeituras de Pedro Leopoldo, Matozinhos e Lagoa Santa, a empresa CSN Cimentos, a Universidade Federal de Lavras e a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Outra iniciativa ressaltada pela gestora foi o Programa Água Doce, que vem sendo executado pela Semad, em parceria com o governo federal. Por meio dele, foram implantados 22 sistemas de dessalinização em poços tubulares na região do semiárido mineiro em 2023, em comunidades que antes eram atendidas por caminhões-pipa. Questionada sobre a necessidade de maior celeridade na entrega dos sistemas e de mais recursos para o programa, enfatizou que, embora

tivesse sido paralisado, foi retomado no ano passado e teve sua primeira etapa finalizada, com o atendimento de 69 comunidades rurais. Observou ainda que, no final do ano passado, foi assinada a 2º fase do Programa Água Doce, com mais 30 sistemas a serem entregues.

## **2) Fauna doméstica**

A secretária relatou que a Semad vem estruturando a política relativa à fauna doméstica, que avançou para além do foco em maus-tratos. Apontou ações mais recentes da pasta relacionadas à castração e à microchipagem de animais domésticos, realizada em parceria com os municípios, e o cadastro de entidades de proteção animal e de protetores independentes.

## **3) Mudanças climáticas**

A gestora salientou que no final de 2020 foi assinado compromisso com a Campanha *Race to Zero*, para descarbonizar a economia do Estado até 2050. A partir de então, foi atualizado o inventário dos gases de efeito estufa e publicado o novo Plano Estadual de Ação Climática de Minas Gerais. Um Acordo de Cooperação Técnica com Laboratório do Observatório do Clima permitiu ampliar o acesso aos dados do clima por cidadãos, governo, gestores municipais, entidades privadas e instituições de ensino e pesquisa, permitindo ainda a avaliação das trajetórias e metas traçadas no plano.

## **4) Fiscalização Ambiental**

A secretária informou que de janeiro a abril foram realizadas 15.304 fiscalizações no Estado, que resultaram em 5.315 infrações. Também salientou a execução do Plano de Ação de Combate ao Desmatamento Monitoramento Contínuo, com foco no combate ao desmatamento ilegal. Segundo a gestora, foi formada uma força tarefa junto com os 10 municípios mais críticos em relação ao desmatamento no Estado, para a elaboração de um plano de ação. Até abril de 2023, foram fiscalizados 94% dos alertas de desmatamento no Estado.

## **5) Recursos Hídricos**

A secretaria conseguiu eliminar o importante passivo dos processos de outorgas pendentes de análise desde 2018, segundo a gestora. Questionada sobre multas aplicadas a agricultores do Norte de Minas que estariam utilizando os recursos hídricos antes da obtenção definitiva da autorização por motivos de morosidade do órgão ambiental, apontou que essa conduta é irregular, mas se colocou à disposição para discutir ações de fiscalização orientativa.

## **6) Energia solar**

A titular da pasta ambiental destacou a liderança de Minas Gerais no setor fotovoltaico no País e o recente avanço na desburocratização do licenciamento das atividades nessa área, o que vem permitindo a diversificação da matriz energética estadual em bases sustentáveis.

## **7) Barragens**

Questionada sobre a demora na regulamentação da Lei Mar de Lama Nunca Mais (Lei nº 23.291, de 2019) e sobre a flexibilização dos prazos para o descomissionamento das barragens, a secretária esclareceu que todos os dispositivos da norma foram regulamentados, com exceção do relativo à caução, devido a problemas jurídicos, uma vez que o disciplinamento das modalidades de caução na nova Lei Nacional de Segurança de Barragens contradiz a norma estadual. Pontuou também que apenas 10 das 54 barragens a montante no Estado foram descaracterizadas e que a maior parte do descumprimento dos prazos para isso ocorreu devido à questão da segurança dos trabalhadores nas ações de descomissionamento. Assim, foram assinados termos de ajustamento de conduta – TACs – com as empresas que descumpriram os prazos, e elas tiveram que apresentar projeto e cronograma de descomissionamento, bem como pagar pelo dano moral coletivo. Acrescentou que 80% desse valor deve ser aplicado em projetos e ações ambientais e na estruturação da capacidade de fiscalização e controle do Estado e que 20% será destinado ao Ministério Público.

## **8) Empreendimentos potencialmente degradadores do meio ambiente em operação com base em Termos de Ajustamento de Conduta – TACs**

Parlamentares questionaram a prática que tem se tornado frequente pelas empresas do setor mineral de utilização de TACs em substituição ao licenciamento ambiental. Entre os casos mais notórios, citaram as mineradoras Gute Sicht e Fleurs Global, que iniciaram suas explorações na Serra do Curral sem autorização do órgão ambiental e, posteriormente, tiveram suas atuações autorizadas por meio de TACs –, que posteriormente foram renovados, mesmo sem o devido cumprimento das cláusulas acordadas.

Em resposta, a secretária apontou que atualmente existem 48 TACs vigentes relacionados à mineração e que desde 2019, esse número vem diminuindo de forma progressiva. Segundo ela, essa redução seria parte de um esforço realizado pela pasta para que esses instrumentos não se tornem regra, mas permaneçam como casos excepcionais, em consonância com a finalidade para a qual foram criados. Para efeitos comparativos, citou que de janeiro a abril de 2023 foram concedidos 394 processos de licenciamento, contra apenas 41 TACs firmados.

## **9) Povos e comunidades tradicionais e políticas ambientais**

Dois assuntos envolvendo povos e comunidades tradicionais tiveram destaque nos debates: a criação de unidades de conservação em sobreposição a territórios tradicionais e a oitiva dessas comunidades e povos nos processos de licenciamento ambiental.

Quanto ao primeiro ponto, parlamentares citaram o exemplo do Parque Rio Corrente, situado no Município de Açucena, que abrange uma aldeia pataxó. O caso, objeto do Projeto de Lei nº 3.561,

de 2022, atualmente está relacionado a violações de direitos humanos, inclusive com denúncias da presença de posseiros no local. Em resposta, a secretária se prontificou a buscar detalhes sobre o caso com o IEF e enfatizou que a pasta entende que as UCs não devem promover situações de conflito, mas, sim, priorizar o diálogo.

Quanto à consulta prévia, livre e informada dos povos e comunidades tradicionais em processos de licenciamento ambiental, a gestora foi questionada sobre a razão pela qual não se considera nesses casos a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho – OIT –, autoaplicável, como defendem esses grupos sociais. Em resposta, a secretária declarou que a pasta tem dúvidas sobre a autoaplicabilidade da convenção e que discute com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – uma nova resolução para operacionalizar os referidos processos de oitiva, tendo em vista a revogação do último ato normativo que tratava da matéria.

#### **IV – Compromissos**

##### **Compromissos e posicionamentos do Executivo**

Não foram firmados compromissos.

#### **IV – Encaminhamentos parlamentares**

##### **Encaminhamentos dos parlamentares – Requerimentos**

Não foram apresentados requerimentos.

Belo Horizonte, 29 de junho de 2023.

Deputado Tito Torres

Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável